

Editorial

Esta edição é comemorativa! Vinte anos de Escola! Vinte anos de uma nova aposta!

Em julho de 1998, psicanalistas ligados à Associação Mundial de Psicanálise (AMP) que estavam descontentes com a orientação política dela decidiram criar, em suas diferentes cidades, um espaço de análise e debate da crise por que estavam passando, nascendo, assim, os Fóruns.

Muitas foram as questões políticas para a cisão de 1998, mas uma das mais problemáticas se refere ao passe, especificamente ao “passe de entrada”, comentado na entrevista publicada nesta edição. Um tipo de passe que não se propunha verificar a passagem de analisante a analista e que também não era “o passe na entrada da Escola”, tal como Lacan propôs aos três analistas italianos que tinham o desejo de constituírem uma Escola. Era uma experiência para entrar como membro das Escolas da AMP, oferecida para sujeitos que ainda não tinham concluído suas análises, manobra política bem distante da proposição do dispositivo do passe. Ficou evidente a politização do passe!

O dispositivo do passe proposto por Lacan em 1967, três anos após sua exclusão da International Psychoanalytical Association (IPA), parte do seguinte princípio: “o analista se autoriza por si mesmo”. Entretanto, isso não lhe confere o direito de praticar a psicanálise da forma que bem entender. Lacan completa essa proposição afirmando que o analista só se autoriza por si mesmo... e por alguns outros, o que inclui a Escola como garantia. O passe é um princípio de Escola, mas a aposta de Lacan é de colocar a psicanálise na frente da política.

Os Fóruns caminharam no sentido de resgatar a Escola de Lacan, em oposição ao abuso do Um e ao império do imaginário, sustentando a Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano, orientada pelo ensino de Freud e de Lacan, que tem o objetivo de apoiar a elaboração e a transmissão da psicanálise, a crítica de seus fundamentos, a formação dos analistas, a garantia de sua qualificação e a qualidade de sua prática.

Além dessas questões, outras, como o ensino e a transmissão, a hierarquia e o *gradus*, e o dispositivo do cartel também serão abordadas nesta edição comemorativa dos 20 anos de nossa Escola.

Abrimos os trabalhos com duas *Conferências bilíngues*, que discutem a psicanálise e a política. Começamos com o texto em francês de Luis Izcovich, seguido de sua tradução. Izcovich explora o que difere a posição da política e da psicanálise em relação ao desejo.

Sandra Leticia Berta, em uma segunda conferência, escreve em português, e apresentamos uma versão espanhola de seu texto. Avançando em seu estudo do neologismo lacaniano “operância”, Sandra Berta trata da política vinculada ao ato analítico, que, a partir do dispositivo do passe, enlaça ato e Escola.

Na seção *Artigo bilíngue*, o texto de Florencia Flor Farias, que é apresentado em espanhol e em português, discute o dispositivo do passe como a possibilidade de transmitir a outros o que se descobriu em análise e de se comprometer com uma nova experiência no coletivo, a Escola.

Na seção *Trabalho crítico com os conceitos*, Luis Achilles Rodrigues Furtado e Camilla Araújo Lopes Vieira abordam o ensino e a transmissão da psicanálise nos dispositivos universitários e de saúde mental como experiências a serem discutidas a partir dos problemas apresentados à própria psicanálise.

Logo em seguida, Rita Bicego Vogelaar, com uma *re-volta* aos conceitos de ensino e transmissão articulados com o fim de análise, marca que não devemos sobrepor ensino e transmissão como sinônimos, pois o ensino da psicanálise deve estar subordinado, eticamente, à sua transmissão.

E, ainda nesta seção, Ana Paula Lacorte Gianesi propõe a distinção entre o que seria um fim de análise pelo que se pode designar como identificação narcísica e, quando ocorre, por um ponto vazio, enigmático, a identificação com o sinthoma.

Na seção *Espaço Escola*, Luciana de Freitas Guarreschi trabalha, em seu texto, a construção política de nossa Escola, utilizando como baliza a crítica consagrada de Lacan aos termos hierarquia e *gradus*, abordando a decisão de fevereiro de 2016 do Colegiado Internacional de Garantia (CIG) que estendeu a possibilidade de indicação de analista membro de Escola (AME) a cada um dos membros da Escola.

Em seguida, Ana Carolina Borges Leão Martins e Carolina Escobar de Almeida Prado trabalham questões referentes ao cartel como política da Escola. A primeira autora investiga a distinção entre a política do Um, agenciada pela exceção, e as políticas do um a um, em estreita articulação com a função do mais-um. A segunda autora, em outro artigo, levanta impasses do dispositivo do cartel a partir de uma experiência de dissolução.

Para fechar nossa revista, trazemos uma entrevista com Maria Anita Carneiro Ribeiro, que participou da cisão de 1998. Ela nos oferece um forte testemunho, com uma reflexão sobre as cisões na história da psicanálise e o que podemos esperar de seu futuro.

Vida longa à Escola!

Boa leitura!

Joseane Garcia
Rio de Janeiro, julho de 2018